

Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos



**Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento
(organizadores)**



**V Reunião Brasileira de Ensino e
Pesquisa em Arquivologia**

**Ensino e pesquisa em arquivologia:
cenários prospectivos**

Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento

(organizadores)

FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Coordenadores

Biênio 2016-2017: Welder Antônio Silva (UFMG)

Biênio 2018-2019: Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

V REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Evento realizado na Escola de Ciência da Informação da UFMG em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 07 a 10 de novembro de 2017

COMISSÃO ORGANIZADORA – UFMG

Coordenador: Welder Antônio Silva

Subcoordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Alessandro Ferreira Costa

Ivana Denise Parrela

José Francisco Guelfi Campos

Marta Eloísa Melgaço Neves

COMISSÃO CIENTÍFICA

Presidente: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Vice-presidente: Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Daniel Flores (UFSM)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

COMISSÃO AVALIADORA

Diretor: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Andre Malverdes (UFES)

Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (UFMG)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)

Cynthia Roncaglio (UnB)

Daniel Flores (UFSM)

Eliane Braga de Oliveira (UnB)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)
Ivana Denise Parrela (UFMG)
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)
José Maria Jardim (UNIRIO)
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (UnB)
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)
Moisés Rockembach (UFRGS)
Natália Bolfarini Tognoli (UNESP)
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)
Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA)
Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)
Ursula Blattmann (UFSC)
Welder Antônio Silva (UFMG)

COMISSÃO DE APOIO – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG

Amanda dos Santos da Paixão
Cláudia Márcia
Christiano B. Santos
Edgar Gonzaga
Élida Pieri
Eliedir Marcelina
Gilma Pereira
Guilherme Diniz
Gustavo Miranda Ferreira
Nely Ferreira
Luiz Henrique Loureiro
Viviany Braga

MONITORES – ALUNOS/AS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

Gilmar Rodrigues Barreto
Gisele Maria Arcanjo
Graziele Cristina Rodrigues Silva
Neide Araujo Oliveira Braga
Suellen Alves de Melo
Suzana Cristina de Oliveira da Cruz
Yara Levy Martins de Souza Sane

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA
Coordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy
Subcoordenadora: Mariana Batista do Nascimento

CAPA, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK
Edinaldo Medina Batista

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



R444	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (5. : 2017: Belo Horizonte, MG) Ensino e pesquisa em arquivologia [recurso eletrônico] : cenários prospectivos / Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. 728 p. : il. E-book. Inclui referências. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-85-65609-09-8 1. Arquivologia – Congressos. 2. Arquivologia – Ensino. 3. Arquivologia – Pesquisa. I. Venâncio, Renato Pinto. II. Silva, Welder Antônio. III. Nascimento, Adalson. CDU: 651.5(063)
------	--

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor © 2018 para artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação deste material requer a permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

Escola de Ciência da Informação da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 31.270-010
www.eci.ufmg.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... p.10

MOÇÕES..... p.12

PLENÁRIAS

1. A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA UNIRIO.....p.16
Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

2. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL.....p.29
Welder Antônio Silva, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros

3. PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA.....p.44
Daniel Flores, Graziella Cé

COMUNICAÇÕES

I - EXPERIÊNCIAS CURRICULARES

4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS.....p.63
Evelin Melo Mintegui, Roberta Pinto Medeiros, Thiago Henrique Bragato Barros

5. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....p.80
Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes

6. DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....p.100
Fernanda da Costa Monteiro, Fernanda de Souza Antunes

7. A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.114

Natália Bolfarini Tognoli, Laura Maria Rego Piva, Rafael Cacciolari Dalessandro

II - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

8. ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS.....p.133

Fábio Barros Silva, Antônio Rodrigues Andrade

9. METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO APLICADA A CONSTRUÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS.....p.152

Silvia Lhamas de Mello, Ana Célia Rodrigues

10. MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.....p.171

Mariana Batista do Nascimento

11. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....p.188

Eduardo Luiz dos Santos, Ana Celeste Indolfo

12. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: O CASO DO NOVO DEGASE.....p.208

Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

13. A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS EXISTENTES EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....p.229

Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Hernane Borges de Barros Pereira, Francisco José Aragão Pedroza Cunha

14. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ...p.244
Jacilene Alves Brejo, Junia G.C. Guimarães e Silva

15. OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.....p.258
Thayron Rodrigues Rangel, Rodolpho Guimarães Pereira, Brenda Couto de Brito Rocco

III - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

16. POR UM MODELO SOCIETAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS.....p.276
Gleice Carlos Nogueira Rodrigues, Paulo Roberto Elian dos Santos

17. PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....p.293
Igor José Garcez, José Maria Jardim

18. OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO.....p.314
Ana Celia Rodrigues

19. O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM ESTUDOS DE LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.326
Margareth da Silva

IV - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E AÇÃO EDUCATIVA

20. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PATRIMÔNIO EM CENTROS DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO.....p.346
Rodrigo Costa Japiassu, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Lídia Silva de Freitas

21. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ.....p.363
Cleber Belmiro dos Santos, Eliezer Pires da Silva

22. ENTRE AS OBRAS E OS DOCUMENTOS: INTERSEÇÕES ENTRE OS SABERES ARQUIVÍSTICO E MUSEOLÓGICO NO TRATAMENTO DO ACERVO DO ARTISTA PLÁSTICO RUBENS GERCHMAN.....p.382
Thayane Vicente Vam de Berg

23. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CAFÉ COM ARQUIVO: O DOCUMENTO EM DEBATE.....p.397
Fernanda da Costa Monteiro, Daniele Chaves Amado

V - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA

24. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....p.410
Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado

25. ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945.....p.430
Vitor Manoel Marques da Fonseca, Darlene Alves Bezerra

VI - PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

26. UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UM PANORAMA ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2015.....p.451
Raquel Fernandes Tavares, Priscila Ribeiro Gomes

27. PERFIL E AUTO-IMAGEM PROFISSIONAL DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO.....p.471
Wagner Ramos Ridolphi, Luiz Cleber Gak

28. A PESQUISA EM ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPq.....p.489

Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio, Natália Bolfarini Tognoli, Thiago Henrique Bragato Barros

VII - INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS

29. REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE.....p.507

Brenda Couto de Brito Rocco, Bianca Couto de Brito

30. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS PROSPECTADOS NA PETROBRAS.....p.523

José Antonio Pereira Do Nascimento, Ana Celeste Indolfo

31. GOVERNANÇA DE SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER PRIVADO.....p.542

Alexandre de Souza Costa

32. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE INTEGRAR A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA.....p.556

Karina Veras Praxedes

VIII - TIPOLOGIA DOCUMENTAL

33. DOCUMENTAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO.....p.576

Isabella Christina Gondim, Eliana Maria dos Santos Bahia

34. CARTA DE AMOR COMO PONTO DE ACESSO: RESULTADOS DE PESQUISA.....p.596

Camila Mattos da Costa, Lucia Maria Velloso de Oliveira

35. A TIPOLOGIA DOCUMENTAL DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR NOS ANOS 1970.....p.614

Rosale de Mattos Souza

36. APONTAMENTOS ACERCA DO DOCUMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA NO CAMPO TEÓRICO DOS ARQUIVOS.....p.633

Marilda Martins Coelho, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

IX - ARQUIVOS, UNIVERSIDADES E MUSEUS

37. DOCUMENTOS DE ARQUIVO PRODUZIDOS PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DE LABORATÓRIO.....p.652

Paulo Roberto Elian dos Santos, Renata Silva Borges, Francisco dos Santos Lourenço

38. ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS: DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS.....p.671

Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis

39. ARQUIVOS DE MUSEUS: UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO.....p.690

Thais Tavares Martins, Ana Celeste Indolfo

40. ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO.....p.709

Zenóbio Santos Júnior, Luiz Cláudio Gomes Maia, Ana Maria Pereira Cardoso

24

**HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL:
NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA***Maria Teresa Navarro de Britto Matos**Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado***1 INTRODUÇÃO**

Este texto reúne resultados do projeto de pesquisa “Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB): 1890 - 1990”.

A “história dos arquivos e da arquivologia” é reconhecida enquanto um dos principais campos temáticos de pesquisa (COUTURE; DUCHARME, 1998-1999, p.17; JARDIM, 2012, p.145) na área de arquivologia. Este campo reúne pesquisas relativas à história das instituições arquivísticas e do desenvolvimento dos princípios e fundamentos teóricos da arquivologia¹. Marques (2011, p.28) sublinha que o estudo dos arquivos antigos (como instituições), torna-se indispensável para o entendimento da expansão do próprio pensamento arquivístico. É possível observar o incremento de produção acadêmico-científica sobre a temática em apreço na década de 1990, registrando o interesse pelo conhecimento das origens e circunstâncias que determinaram a evolução dos arquivos (VIVAS MORENO, 2004, p.77). No entanto, poucos estudos, até o momento, têm se dedicado a resgatar a memória histórica, especificamente, dos Arquivos Públicos Estaduais no Brasil, em geral, e na Bahia, em particular.

O destaque conferido ao APEB está relacionado ao fato do mesmo custodiar parte significativa da memória nacional, documentos produzidos, recebidos e acumulados à época do Brasil Colonial, quando Salvador foi sede do Governo Geral do Estado do Brasil (1549-1763). A condição de capital aliada à localização geográfica estratégica fez da Cidade do Salvador, também, a capital do Atlântico Sul, para onde convergiam documentos oficiais provenientes da Coroa Portuguesa (MATOS; ROSADO, 2013). Trata-se, portanto, de uma instituição centenária que ao longo do tempo, como os demais Arquivos Públicos, desde a sua criação em 1890

¹ Princípio do *respect des fonds*, princípio de territorialidade, ciclo de vida dos documentos, entre outros.

desempenha papel essencial na produção historiográfica brasileira, nos estudos brasilianistas e na comprovação de direitos do cidadão.

Considerando os pressupostos apresentados, buscou-se responder as seguintes questões: 1) Como identificar períodos históricos para balizar o estudo sobre a história dos arquivos e da arquivologia? 2) Como contextualizar a gênese do APEB no cenário nacional? 3) Como compreender a trajetória institucional do APEB a partir dos dispositivos legais oficializados no período de 1890 a 1990?

A pesquisa em questão possui caráter exploratório e descritivo. Uma revisão bibliográfica se impôs pela necessidade de destacar a “história dos arquivos e da arquivologia” enquanto um dos principais campos temáticos de pesquisa na área. Além, de sublinhar diferentes proposituras de periodização identificadas na literatura arquivística para subsidiar a análise do processo histórico. Esclarece-se que parte do estudo foi realizada nos sítios institucionais do Conselho Nacional de Arquivos e dos Arquivos Públicos Estaduais do Brasil, complementado por contatos telefônicos e *e-mails*, com a finalidade de identificar o ano e o respectivo instrumento legal de criação de cada um dos Arquivos Públicos Estaduais no Brasil. Em seguida, realizou-se levantamento bibliográfico e documental², voltado à análise descritiva da instituição objeto de estudo - APEB, com ênfase na legislação (leis, decretos e regulamentos) e demais atos, oficializados no período de 1890 a 1990.

2 HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA – CAMPO TEMÁTICO DE PESQUISA

A produção acadêmico-científica na área de Arquivologia tem sido objeto de estudo de diversos autores, com vistas a subsidiar proposituras de campos temáticos de pesquisa representativos.

Couture, Martineau e Ducharme³ (1999, p. 55) apontam autores, a exemplo de Gagnon-Arguin (1990), Gracy (1994), Muñoz (1994), Pederson (1994) e Craig (1996) que propõem um amplo espectro de campos temáticos de pesquisa em Arquivologia, conforme apresentado a seguir.

² Fundo APEB, custodiado.

³ Os autores se consagraram a realizar, de 1997 a 1999, com o apoio do Conseil de recherche en sciences humaines du Canada (CRSHC), uma enquête sobre o ensino e a pesquisa em Arquivologia, em instituições de ensino superior, aproximadamente de 70 países.

QUADRO 1 – Propostas de Campos Temáticos de Pesquisa em Arquivologia

Craig (1996)	Gagnon-Arquin (1990)	Gracy (1994)	Muñoz (1994)	Pederson (1994)
1.História da disciplina	1.Objeto e finalidade da Arquivologia	1.Objeto e finalidade da Arquivologia	1.Princípios, conceitos e técnicas arquivísticas	1.Natureza da informação e do documentos históricos
2.Tecnologias	2.Papel social do arquivista	2.Papel social do arquivista	2.História da disciplina	2.História social e institucional
3.Funções Arquivísticas	3.Situação da disciplina no campo dos conhecimentos	3.Situação da disciplina no campo dos conhecimentos		3.Arquivos e sociedade
	4.Princípios e conceitos arquivísticos	4.Princípios e conceitos arquivísticos		4.Ética, tecnologias da informação e outros problemas colocados pelos arquivos
	5.Gestão dos serviços de arquivos	5.Gestão dos serviços de arquivos		5.Funções arquivísticas
	6.Funções Arquivísticas	6.Funções Arquivísticas		6.Administração dos programas e dos serviços de arquivos
	7.Tecnologias	7.Tecnologias		
	8.Outros	8.Outros		

Fonte: COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

O Quadro 1 possibilita observar o posicionamento de diferentes autores.

Para Muñoz “os assuntos de pesquisa devem ser agrupados em dois grandes grupos” (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 55). Craig amplia a visão, propondo três campos.

Considerando a necessidade de melhor definir e delimitar os campos temáticos de pesquisa, Gagnon e Gracy estabelecem a possibilidade de oito campos. Contudo, Gracy chama a atenção para a importância dos arquivos eletrônicos. Inclusive, porque repercute em todos os demais campos. Pode-se entender que os campos temáticos de pesquisa sobrepostos representam questões estruturantes para a área.

A pesquisa em Arquivologia, desde 1999, tem passado por avanços substantivos, sob a influência da post-modernidade. A multidisciplinaridade da pesquisa reflete nos campos temáticos. Alguns campos se desenvolveram de forma especial. Assim como novos campos temáticos de pesquisa emergiram, como os arquivos e a emoção ou a utilização dos arquivos para fins artísticos (COUTURE; LAJEUNESSE, 2015).

Gracy (1994) e Craig (1996) compartilham a percepção de que o campo temático - "história dos arquivos e da arquivologia" foi negligenciado durante um longo período. Craig enfatiza a importância para a disciplina que os arquivistas se apropriem deste campo. A história dos arquivos, certamente, favorece a compreensão das instituições arquivísticas.

Nesta perspectiva a literatura específica da área sublinha períodos históricos para balizar o estudo dos arquivos e/ou instituições arquivísticas⁴. Vivas Moreno (2004, p.80) faz referência a uma série de descrições de períodos históricos que caracterizam fases da evolução dos arquivos e da arquivologia. Segundo o autor, a periodização recorrente e comum foi proposta por Robert-Henri Bautier: Idade Antiga⁵; Idade Média⁶; Idade Moderna⁷ e Idade Contemporânea⁸.

Outra periodização significativa foi proposta por Mendo Carmona, Cruz Mundet e Romero Tallafigo, que propõem quatro fases: Arquivística Empírica; Arquivística como Doutrina Jurídica; Arquivística como Disciplina Historiográfica e Arquivística Atual. De forma independente dos demais, José Ramón Cruz Mundet (1994, p.26-54) reconhece como necessário acrescentar mais dois períodos: Pré-Arquivístico (Antiguidade; Idade Média e Antigo Regime) e o Período de Desenvolvimento Arquivístico.

Soma-se, ainda, a cronologia difundida no minucioso resgate histórico elaborado pelos arquivistas portugueses Armando Malheiro da Silva, Fernanda

⁴ Registra-se que a história dos arquivos e das instituições arquivísticas é usualmente tratada, de forma geral, nos manuais da área. Porém, Rastas (1992) lembra que existe uma recomendação do *3rd International Symposium on Archival Training* sobre a necessidade e o interesse para que os professores e pesquisadores enfatizassem o estudo da história dos arquivos, no âmbito nacional e internacional.

⁵ Este período é conhecido como a época dos arquivos de Palácios.

⁶ Neste período, os arquivos são considerados tesouros documentais. Vale sublinhar o papel desempenhado pela Igreja na guarda de documentos em Catedrais e Mosteiros.

⁷ Segundo Jean Favier (1991), a noção de propriedade dos arquivos é substituída pela de arquivos públicos depositários dos documentos do Estado. Consequentemente, esta época passa a ser conhecida como a dos arquivos de Estado (REIS, 2006, p. 5).

⁸ Os arquivos são considerados como laboratórios da história (CRUZ MUNDET, 1994, p.26).

Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real (SILVA *et al.*, 1999). Conforme registrado por Silva *et al.* (1999, p.45), a história dos arquivos inicia-se no Oriente, no entanto, é no Ocidente que evoluem os usos administrativos que estão na origem dos comportamentos e conceitos contemporâneos (GAGNON-ARGUIN, 1992, p.30).

Nas “terras do Brasil”, é possível verificar que a formação dos arquivos origina-se com a presença dos colonizadores, no “período colonial”. Seguido do “período imperial”, com a formação do Estado Nacional e posteriormente do “período republicano” (MELO, 2013). Esta periodização tradicional é adotada no estudo da História do Brasil.

3 ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS NO BRASIL

No âmbito das concepções da evolução histórica dos arquivos e da arquivologia no Brasil, pode-se destacar, dentre outros períodos, o final do Segundo Império e o advento da República, que garantiu, ainda na fase do Governo Provisório, por meio de atos também provisórios⁹, uma série de medidas visando à reorganização político-administrativa do Estado brasileiro. É possível registrar dentre essas medidas a oficialização dos Estados em substituição às Províncias, as nomeações e atribuições dos governadores, a dissolução e a extinção das Assembleias Provinciais, dentre outras. Era o prenúncio da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil que seria definida na Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

Implantada a República em 1889, promulgada a Constituição e instituído o regime federativo, onde cada estado-membro passou a ser regido pela sua Constituição e pelas leis que adotasse, respeitados os princípios constitucionais da União, cabendo-lhe prover, a expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração. Em consequência, quase todos os estados-membros criaram seus arquivos públicos não apenas para guardar os documentos do passado como para recolher os que viriam a ser produzidos e acumulados pela administração pública estadual (MONTEIRO, 1986, p.10).

Neste cenário onde o novo procurava se firmar em meio às antigas estruturas, nasceu e se implantou o APEB. Momento de transição marcado pela organização de

⁹ Decreto nº. 7, de 20 de novembro de 1889 (cinco dias após a proclamação da República).

um novo regime – a República, frente à Ordem Imperial em processo de desagregação. Em defesa da República, da Federação e do Presidencialismo, a Carta Magna estabeleceu a divisão e o funcionamento dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) “independentes e harmônicos entre si”, e atribuiu autonomia aos Estados.

Ao consagrar o federalismo e a conseqüente descentralização administrativa, a República rompeu com a prática do poder anteriormente centralizado na figura do Imperador. Permitiu que cada Estado decidisse sobre temas que variavam desde os empréstimos a serem contraídos no exterior, às questões internas direcionadas à educação, cultura e até mesmo à criação de estabelecimentos e de instituições.

As condições favoráveis advindas com a República aliadas aos interesses da elite intelectual brasileira, desde meados do século XIX, defendia a presença no Brasil de instituições dedicadas à preservação da memória nacional. Admite-se que tenha sido a motivação para a criação de quatro arquivos, em apenas dez anos de inaugurado o novo regime como consta do Quadro 1, que possibilita visualizar o APEB no cenário nacional.

QUADRO 2 – Arquivos Públicos Estaduais no Brasil
1848-2010

Estado/DF	Instituição Arquivística	Ano	Instrumento Legal
Acre	Arquivo Geral do Estado do Acre	1963	Decreto nº45, 18/02
Alagoas	Arquivo Público de Alagoas	1961	Lei nº 2.428, 30/12
Amapá	Arquivo Público do Estado do Amapá	2010	Lei nº 1.492, 27/05
Amazonas	Arquivo Geral do Estado do Amazonas	1897	Decreto nº 184, 19/08
Bahia	Arquivo Público do Estado da Bahia	1890	Ato Governamental, 16/01
Ceará	Arquivo Público do Estado do Ceará	1916	Lei nº 1.371, 06/09
Distrito Federal	Arquivo Público do Distrito Federal	1985	Decreto nº 8530, 14/03
Espírito Santo	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	1908	Decreto nº 135, 18/07
Goiás	Arquivo Histórico Estadual de Goiás	1974	-
Maranhão	Arquivo Público do Estado do Maranhão	1932	Decreto nº 339, 14 /11
Mato Grosso	Arquivo Público do Estado de Mato Grosso	1896	Resolução nº 153, 16/04
Mato Grosso do Sul	Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul	1989	-
Minas Gerais	Arquivo Público Mineiro	1895	Lei nº 126, 11/07

Pará	Arquivo Público do Estado do Pará	1894	Lei nº 164, 31/05
Paraíba	-	-	-
Paraná	Arquivo Público do Paraná	1855	Lei nº 33, 07/04
Pernambuco	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano	1945	Decreto-Lei nº 1.265, 04/01
Piauí	Arquivo Público do Estado do Piauí	1909	Lei nº 533, 08/07
Rio de Janeiro	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	1931	Decreto nº 2.638, 25/08
Rio Grande do Norte	Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte	1978	Lei nº 4.742, 18/05
Rio Grande do Sul	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	1906	Decreto nº 876, 08/03
Rondônia	Arquivo Público de Rondônia	1991	Lei nº 308, de 15/04
Roraima	-	-	-
Santa Catarina	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	1918	Lei nº 1.196, 26/09
São Paulo	Arquivo Público do Estado de São Paulo	1892	Lei nº 30, 10/03
Sergipe	Arquivo Público Estadual de Sergipe	1848	Lei nº 233, 10/03
Tocantins	-	-	-

Fonte: Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, disponível no sítio do Conselho Nacional de Arquivos, além de consultas aos sítios institucionais, contatos por *e-mail* e telefone com representantes das instituições arquivísticas.

Ao longo de sessenta e cinco anos compreendidos entre 1824¹⁰, quando outorgada a Constituição do Império do Brasil, e 1889, quando proclamada a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, identificou-se a criação de três Arquivos Provinciais: Arquivo Público de São Paulo (1892), Arquivo Público de Sergipe (1848) e Arquivo Público do Paraná (1855). Vale ressaltar que o Arquivo Público do Império – estava criado desde 2 de janeiro de 1838 (FRANCO, 1988, p.11) e, durante a República recebeu a denominação de Arquivo Público Nacional, posteriormente Arquivo Nacional (FRANCO; BASTOS, 1986, p.9).

Contudo, na década de 90 do século XIX registra-se o advento de quatro Arquivos Públicos Estaduais, no universo de vinte Estados, conforme a divisão geopolítica do Brasil à época. Os quatro Arquivos criados - Arquivo Público da Bahia (1890), Arquivo Público Mineiro (1895), Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (1896) e Arquivo Geral do Estado do Amazonas (1897), correspondem a 25% do quantitativo dos Estados da Federação (MATOS; ROSADO, 2012, p.44).

¹⁰ Célia Leite Costa (2000, p.223) chama atenção para o artigo 70 do capítulo VI da Constituição de 1824.

No século XX, mais quinze Arquivos Públicos Estaduais foram criados de 1901 a 1991. No século XXI, mais dois Arquivos Públicos Estaduais foram instituídos. Notifica-se ainda, as discussões com vistas à institucionalização de Arquivos Públicos, nos Estados da Paraíba e do Tocantins. Não foram identificadas nas fontes consultadas, evidências de instituição arquivística na estrutura do Poder Executivo do Estado de Roraima.

3 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

No ano de 1888, Francisco Vicente Vianna, que veio a ser o primeiro diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia, publicou no *Diário da Bahia*, no período de 21 de outubro a 4 de dezembro, artigos em defesa da urgência da formação de um Arquivo Público Provincial (VIANNA, 1890, p.3). A iniciativa de levar ao conhecimento do público a urgência de criar um arquivo deveu-se a uma consulta que fez ao arquivo da Secretaria do Governo, para fim de estudos históricos, que havia sido obsequiosamente autorizada pelo respectivo secretário. Na ocasião, registrou ter ficado: “horrorizado perante o enorme desfalque, que conseguiu descobrir, de inúmeros e valiosíssimos documentos, chegando até a obter provas inequívocas do caminho, que muitos d’elles tinham tomado” (MATOS; ROSADO, 2013, p.244)

Paralelamente, na Câmara dos Deputados, o baiano Innocencio Marques de Araujo Góes, em 16 de outubro do mesmo ano, pronunciou-se em relação ao “[...] inqualificável abuso, com a acquiescencia do governo, vasculharem-se os archivos das repartições e retirar d’ellas os livros que conviesse [...]” (VIANNA, 1890, p.6). Destacou-se, na ocasião, a transferência de documentos pertencentes à Bahia para a Biblioteca da Corte, hoje Biblioteca Nacional do Brasil.

A reivindicação de Francisco Vicente Vianna para criar um Arquivo Público apresentava-se como único meio para ordenar de forma sistemática os documentos que restaram, além de reaver aqueles subtraídos por “[...] inqualificáveis abusos [...]” (VIANNA, 1890, p.6). Somava-se, ainda, como exposição de motivo para justificar a criação do Arquivo, que as grandes cidades o acolhiam como “[...] grande passo para o desenvolvimento das letras pátrias, e como um largo beneficio para os que se dedicam ao estudo da história nacional [...]” (VIANNA, 1890, p. 7), sublinhando,

inclusive, que são reconhecidas para o país, as vantagens obtidas com o Arquivo Público do Império (VIANNA, 1890, p.8).

O projeto de lei de criação do APEB, sob o número 467, foi apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em sessão de 29 de maio de 1889, pelos deputados Isaias Guedes de Mello e Antônio de Carvalho Pinto Lima (VIANNA, 1890, p.9). O projeto ficou até 30 de junho para requerimento do deputado Aristides Borges que se opôs à passagem do mesmo, apontando representar despesa para o Estado. O governo declarou que não havia inconveniente algum para criar o APEB. Autorizada a criação cujas vantagens em prol da civilização ninguém “[...] podia escurecer, nem mesmo aquelles que, em forçada busca de um motivo de impugnação, apellavão para o estado crítico das finanças da Província [...]” (VIANNA, 1890, p.10).

O Ato Governamental de 16 de janeiro de 1890 oficializou as reivindicações registradas, quando o Doutor Manuel Victorino Pereira, Governador da Bahia, criou o APEB. A instituição tinha como missão, legalmente incorporada ao poder público, recolher o

[...] quanto antes, em certo e determinado logar todos os papeis e documentos historicos, administrativos, judiciarios e legislativos deste Estado, que se acham disseminados nos diversos archivos publicos das diferentes repartições, afim de que sejam devidamente conservados, restaurados e systematicamente classificados para que a consulta e o estudo sobre elles se possam fazer com a necessaria brevidade e exactidão. [...] (BAHIA, 1891).

Em 22 de janeiro do mesmo ano, o Governador nomeou o Doutor Francisco Vicente Vianna para diretor da “nova repartição”. Vale ressaltar que diante da necessidade de cuidar dos documentos existentes nas repartições públicas, o Governador do Estado colocou à disposição do diretor, servidores da extinta Assembleia Provincial. Assim possibilitou de imediato inventariar os “papeis da Secretaria do Governo, do archivo da Relação e cartórios do Jury, do tabelião Abranches e do escrivão Marcelo Costa” (BAHIA, 1891, p.2). Nos Relatórios apresentados ao Governador José Gonsalves da Silva consta que os documentos recolhidos ao APEB, até maio de 1891, eram provenientes da Assembleia Provincial e da Secretaria de Governo (BAHIA, 1891, p.3).

Em atendimento ao artigo 29 do primeiro Regulamento do Arquivo Público da Bahia, de 21 de outubro de 1890, foi aberto um livro para se lançarem as ofertas de

documentos e outros objetos feitos ao mesmo Arquivo (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 1890).

A criação do Arquivo aconteceu dois meses após a proclamação da República. O 15 de novembro de 1889 extinguiu o Império do Brasil do “Governo Monarchico, Hereditario, Constitucional, e Representativo” consagrado pela primeira Constituição do Brasil, de 1824.

Entende-se que a existência de “regimento”, como um instrumento administrativo normativo interno, constitui-se em um conjunto de princípios e de normas que estabelecem o modo de funcionamento interno de um órgão. A *Fundación Histórica Tavera* reconhece que a existência de “regimento” pode determinar “*el desarrollo de las entidades archivísticas como instituciones organizadas e institucionalizadas*” (FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA, 1999 *apud* OHIRA, s/d, p. 9).

O APEB em um período de cem anos - 1890 a 1990 - esteve sob as normas de cinco regimentos: 1890, 1920, 1950, 1967 e 1984. A média sugere um regimento para cada vinte anos. Situação que pode ser explicada, também, por se tratar de um país de passado colonial e com sua identidade ainda marcada por constantes mutações (MATOS; ROSADO, 2012, p.45).

A Bahia, como o Brasil, na condição de unidade da Federação vivenciou, também, profundas alterações em decorrência do modelo político-administrativo adotado. Estas alterações, naturalmente, refletiram na estrutura das instituições, a exemplo dos Arquivos Públicos que são “transcrições dos modelos de organização dos Estados” (FRANCO; BASTOS, 1986, p.8).

No âmbito da pesquisa em apreço, optou-se por apresentar cada um dos Regulamentos e/ou Regimentos do APEB, que vigorou no período de 1890 e 1984.

3.1 Regulamento de 1890

O Ato de 21 de outubro de 1890, expedido pelo Vice-Governador do Estado da Bahia Doutor Virgílio Clímaco Damásio resolve “mandar que para o serviço do Archivo Público seja observado o Regulamento expedido nesta data”. Regulamento como referido, fundamentado no *Decreto nº 7*, de 20 de novembro de 1889, que fixou as atribuições dos governadores logo que proclamada a República.

A estrutura do Arquivo estabelecida considerou a distribuição dos serviços em quatro seções: Legislativa, Administrativa, Judiciária e a Histórica. Na seção Administrativa, por exemplo, “eram arquivados os originais de contratos de empréstimos efectuados dentro ou fora do Estado e outros de qualquer natureza feitos com o governo”.

A ausência de base documental no Estado deve ter evoluído para a construção de uma política de recolhimento e guarda de documentos, de valor permanente e legal, conforme observada no art. 10 do Regulamento em vigor.

Os artigos 11, 12 e 13 complementam a ação identificada acima. O art. 11 destaca que o Diretor do APEB deverá percorrer, uma ou mais vezes por ano, diferentes vilas e cidades do Estado, com vistas a avaliar os documentos identificados como de valor histórico para serem recolhidos ao Arquivo Público. O art. 12 chama a atenção para as visitas aos arquivos e cartórios das vilas e cidades. Deverão ser precedidas de autorização especial do Governador. No caso das visitas aos conventos e associações particulares, o art. 13 estabelece que o Diretor deva obter licença dos respectivos encarregados ou administradores.

Soma-se, ainda, o recolhimento oriundo de outras repartições do Estado. O art. 8º fixa o prazo de cinco até quinze anos para a remessa de documentos ao Arquivo Público - inclusive, disciplinando o período de recolhimento, no princípio de cada ano.

Em relação ao restauro de documentos, o art. 18 registra que à época “os livros manuscritos e os documentos que estiverem ilegíveis ou danificados, serão restaurados por meio de translados fieis, que serão revestidos das necessárias solenidades para sua autenticidade”.

Essas exigências vigoraram por sessenta anos. Estabelecidas inicialmente em 1890, permaneceram no Regulamento de 1920 que assim conduziu o Arquivo Público por três décadas.

3.2 Regulamento de 1920

O Decreto nº 2.222, de 26 de junho de 1920, assinado pelo Governador José Joaquim Seabra, aprovou o segundo Regulamento do APEB e do Museu do Estado.

A presença do Museu Histórico do Estado da Bahia¹¹ neste Regulamento deve-se ao fato de ser o mesmo anexo do APEB quando criado pela *Lei nº 1.255*, de 23 de junho de 1918. À época da criação do Museu, o Diretor do APEB (1915 a 1930) era Francisco Borges de Barros que dirigiu, o Museu de 1918 a 1930. Desvinculou-se do APEB no ano de 1959.

Grande parte dos artigos e do conteúdo em geral que dizem respeito aos Regulamentos e Regimentos do APEB: 1890-1984, como natureza, finalidade e a estrutura se repetem na íntegra. Continua o APEB como um instituto com a finalidade de adquirir e de conservar sob classificação sistemática todos os documentos “concernentes ao direito público, á legislação, á história e á geografia da Bahia e quaesquer outros que o governo determinar que alli se depositem” (BAHIA, 1920).

A especificidade do segundo Regulamento em relação ao primeiro resulta da integração do Museu na estrutura do APEB e, da vinculação do Arquivo que passou do Gabinete do Governador do Estado para a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública. Mas, permaneceu a distribuição dos serviços em quatro seções: Legislativa, Administrativa, Judiciária e a Histórica. O Regulamento manteve o rigor fixado no Regulamento anterior quando se tratava do acesso aos documentos. Certamente que restringia o acesso do cidadão à informação. Transitavam nos espaços do Arquivo, conforme sugere os regimentos, apenas os representantes da elite baiana e seus descendentes. Estas restrições permaneceram por seis décadas – de 21 de outubro de 1890, com o primeiro Regimento, até a aprovação do terceiro com a publicação do *Decreto nº 14.637*, de 26 de junho de 1950.

A burocracia para o acesso aos documentos permaneceu, aproximadamente por seis décadas. Ceravolo (2011, p.191-192) esclarece, em relação ao Museu que de “1930 a 1940, o empenho político dos grupos de elite na Bahia voltou-se para a retomada do prestígio político”.

Mesmo assim quanto à burocracia mantida pelo Arquivo dirigida ao acesso, as restrições continuavam. Talvez estas medidas estabelecidas, desde a criação do

¹¹ Denominação registrada no Regulamento de 1920, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, nº 187(domingo), de 27 de junho de 1920, Capítulo I - Museu e seus fins. Sobre a trajetória do Museu Histórico da Bahia é recomendável consultar o trabalho de CERAVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre dois ideais e realidades (1918 a 1959) In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. Nº1, p.189-243, jan.-jun. 2011.

Arquivo, no final do século XIX, fossem nos anos 30 e 40 do século do século XX, ao encontro das práticas políticas autoritárias institucionalizadas na Era Vargas, do método político-administrativo autoritário desenvolvido por Getúlio Vargas, principalmente, durante o Estado Novo (1937 a 1945). O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é um exemplo concreto de medidas vigentes na fase ditatorial. O Arquivo como guardião da memória deveria continuar restritivo, a serviço do governo. O estabelecimento da República Liberal (1945-1964) como denominada por Edgard Carone foi possível com o esgotamento e fim do Estado Novo. Representou uma fase de abertura e práticas democráticas. Admite-se que esta fase possa ter contribuído para a elaboração do 3º Regimento do Arquivo Público, em 1950.

3.3 Regimento de 1950

O *Decreto nº 14.637*, de 26 de junho de 1950, iniciativa do Governador Octavio Mangabeira, se deu face à reorganização de serviços determinada pela *Lei nº 165*, de 24 de maio de 1949. Este Regimento manteve a vinculação do Arquivo à Secretaria do Interior e Justiça, que antes da reorganização administrativa denominava-se Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública. Nesta nova configuração, o Arquivo é referido em documentos oficiais como uma repartição dependente da citada Secretaria. Em 1950, o Regimento revê o papel a ser desempenhado pelo APEB, como pode ser comprovado no item que trata especificamente desse Regimento.

A finalidade do APEB continuou sendo a de “recolher, custodiar e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à administração e quaisquer outros que interessem à história e à geografia da Bahia, bem como aqueles que o Governo determinar” (BAHIA, 1950).

Os serviços do Arquivo foram distribuídos por três seções: Administrativa; Histórica; Legislativa e Judiciária. Havia uma Biblioteca subordinada à Secretaria do Arquivo, e uma Mapoteca subordinada à Biblioteca, setores devidamente institucionalizados no Regimento.

O acesso oficializado é reestruturado e menos rígido, sem o rigor da fase anterior ao franquear pela primeira vez “às pessoas descentemente trajadas, maiores de 16 anos”, a consulta aos documentos (BAHIA, 1950).

Este Regimento trouxe consigo um grande diferencial. Os art. 54, 55, 56 e 57 foram dedicados ao curso de Arquivologia, mantido as expensas do Estado. O curso foi operacionalizado nas décadas de 50 e 60 do século XX e contribuiu enormemente para a valorização do servidor e a qualificação dos procedimentos arquivísticos no âmbito do APEB.

3.4 Regimento de 1967

O art. 13º da *Lei nº 2.443*, de 6 de abril de 1967, se propõe a reorganizar o APEB, o que resultou, também, na alteração da denominação do órgão para Arquivo do Estado da Bahia (ARQUEB) (BAHIA, 1967). É possível observar que a expressão “público”, prevaleceu até então. Deve-se realçar que o Regimento em estudo vigorou (1967-1984) praticamente durante o período da ditadura militar (1964-1985). O ARQUEB, órgão em regime especial da administração centralizada, esteve vinculado à Secretaria da Educação e Cultura. O *Decreto nº 20.293*, de 14 de agosto do mesmo ano, do Governador Antônio Lomanto Junior, oficializou o novo Regimento.

Quanto à finalidade, cabia ao ARQUEB: recolher, guardar, preservar e conservar os documentos permanentes oriundos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado. Além, dos documentos de interesse para a história e a cultura do Estado e do Brasil.

A estrutura organizacional do Arquivo caracteriza-se pelo detalhamento se comparada às anteriores. Compunha-se: Seção de Administração Geral; Serviço de Pesquisa e Organização (com duas seções: Estudos e Pesquisas; e Comunicação Cultural); Serviço de Documentação Escrita (com quatro seções: Documentação Administrativa; Documentação Legislativa; Documentação Jurídica e Documentação Histórica); Serviço de Documentação Impressa, Cartográfica e Audiovisual (com duas seções: Documentação História Contemporâneas; e Livros e Mapas); Serviço de Microfilmagem e Restauração de Documentos (com duas seções: Filmes, Microfilmes e Discos; e Restauração de Documentos); Arquivos Regionais do Estado e Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos.

Este Regimento excluiu a proposta contida nos Regimentos de 1890, 1920 e 1950 em relação ao recolhimento de “originais de contratos de empréstimos

efetuados dentro ou fora do Estado e outros de qualquer natureza feitos com o Governo” (BAHIA, 1950, p.2).

O art. 3º registra que a Biblioteca evoluiu e passou a integrar a seção de Livros e Mapas, tendo por atividade: “organizar, manter uma biblioteca especializada em Bahia (...)” (BAHIA, 1967). Funciona até os dias atuais, intitulada Biblioteca Francisco Vicente Vianna.

O art. 5º identifica a preocupação com diferentes suportes de documentos, quando apresenta as atividades da seção de Filmes, Microfilmes e Discos, subordinada ao Serviço de Microfilmagem e Restauração de Documentos.

A *Lei nº 2.443/1967*, mencionada, estabeleceu em seu art. 10º a existência de um Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos e que deveria funcionar junto do ARQUEB, sob a presidência do seu Diretor (BAHIA, 1967). O art. 11º complementa, apresentando a composição do Conselho: Diretor do ARQUEB; Diretor do Departamento de Administração Geral; Secretário da Assembleia Legislativa; Corregedor da Justiça ou representante legal; e Responsável pelo Arquivo da Cúria Metropolitana. Por conseguinte, o art. 6º estabelece a competência do Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos.

Em face do exposto, entende-se que a criação de um Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos, figura como primeira referência à composição de um colegiado destinado a propor, estabelecer e aprovar dispositivos normativos para assegurar o controle da preservação e do acesso do patrimônio documental do Estado. Esta percepção se expressa, ainda, no art. 9º da *Lei nº 2.443/1967*, quando determina que: “os Arquivos Regionais do Estado, em numero de três, serão organizados pelo Poder Executivo em cidades que melhor atendam pela sua localização e serviços urbanos disponíveis, as diversas Regiões Administrativas do Estado” (BAHIA, 1967).

3.5 Regimento de 1984

O quinto Regimento foi institucionalizado por meio do *Decreto nº 31.438*, de 31 de dezembro de 1984, e dispôs sobre a organização do APEB no governo de João Durval Carneiro.

A finalidade regimental do Arquivo se constituiu em “desempenhar atividades referentes ao recolhimento, guarda, preservação e conservação de documentos que

evidenciem a memória histórica, geográfica, administrativa, técnica, legislativa e jurídica do Estado da Bahia” (BAHIA, 1985, p.10).

Há de ressaltar que o Regimento de 1984 foi oficializado após a promulgação da *Lei Delegada nº 52*, de 31 de maio de 1983, que dispõe sobre a proteção dos arquivos públicos e privados. O art. 23 da referida lei estabelece que “o Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro de cento e vinte dias, contados de sua publicação” (BAHIA, 1985, p.8). O APEB, órgão em regime especial da administração centralizada, passou a vincular-se à Secretaria da Educação e Cultura, caracterizado como órgão central do Sistema Estadual de Arquivo, criado pela citada Lei Delegada.

A estrutura organizacional resultado deste Regimento integrou ao Gabinete do Diretor uma Coordenação de Planejamento, além de três Gerências (Administrativa Financeira; Técnico-Cultural e Arquivo Permanente) e um Serviço de Arquivos Intermediários. O assessoramento jurídico ao APEB coube à Procuradoria Geral do Estado (BAHIA, 1985, p.11-12).

O art. 7º apresentou a competência do Serviço de Arquivo Intermediário. Entre as finalidades sublinhou o cadastramento dos arquivos da administração pública centralizada e descentralizada, bem como a atribuição de administrar e controlar os arquivos intermediários do Sistema Estadual de Arquivo. Foi previsto neste período, a manutenção de um Arquivo Intermediário.

O art. 8º destacou a promoção da higienização, da restauração, da encadernação e da microfilmagem. Faz referência à promoção da pesquisa de material microfilmado, por meio de máquinas leitoras. Pela primeira vez um Regimento registrou a manutenção de um banco de dados com fluxo de atualização permanente.

O art. 9º tratou da finalidade da Gerência de Arquivo Permanente (GERAP) de “coordenar o recolhimento, a guarda e a preservação de documentos, bem como o fornecimento de dados e elementos às consultas promovidas pela administração pública e o público, em geral” (BAHIA, 1985, p.18). Competia à GERAP as seções de Arquivos Colonial e Provincial; de Arquivo Republicano; Registros Documentais Não-Convencionais e de Arquivos Privados; e de Arquivos Regionais.

4 CONCLUSÃO

A metodologia aplicada mostrou-se favorável ao alcance dos propósitos do estudo. O Quadro 2 e os destaques concernentes aos regulamentos e regimentos evidenciaram os resultados da pesquisa.

Primeiramente, optou-se em destacar os períodos históricos que balizam o estudo do campo temático de pesquisa “história dos arquivos e da arquivologia”.

Destacou-se a configuração da criação dos Arquivos Públicos Estaduais no Brasil, mediante a identificação do ano, seguida do respectivo instrumento legal. Foi possível verificar o universo de Arquivos Públicos Estaduais devidamente institucionalizados. Mostrou que durante o Império foram criados três Arquivos Provinciais, além do Arquivo Público do Império. No início da República, somam-se mais quatro Arquivos Públicos Estaduais. No século XX, são acrescentados quinze, totalizando o quantitativo de vinte e dois Arquivos Públicos Estaduais. No século XXI foram criados mais dois. Registra-se, ainda, a inexistência de Arquivo Público Estadual em três Estados.

O APEB é apresentado, por meio dos cinco Regimentos produzidos, respectivamente, em 1890, 1920, 1950, 1967, e 1984. Os pontos considerados relevantes de cada Regimento foram destacados. Dentro do possível, se estabeleceu parâmetros entre os mesmos. Também possibilitou compreender que a formalização do espaço institucional do APEB viabilizou o recolhimento de documentos públicos na capital e no interior, assegurando a preservação e a guarda da memória do Estado da Bahia. Por outro lado, é possível admitir que os Regimentos acompanhem a mentalidade e a realidade política do momento.

Em relação ao acesso do cidadão à informação, por exemplo, o controle em grau elevado se manteve até 1950. Mas, de 1950 ao ano de 1967 o acesso, teoricamente, tornou-se menos rígido. O Regimento de 1967 quanto ao acesso se restringiu a afirmar que a seção de Estudos e Pesquisas deve “atender ao pedido de informações dos órgãos do Poder Executivo, Federal, Estadual e Municipal, da Imprensa e do público” (BAHIA, 1967). Em 1984, a seção de Pesquisa sublinha no dispositivo regimental as competências de “elaborar instrumentos de pesquisa [...]” e “manter um banco de dados com fluxo de atualização permanente”. Embora este último Regimento abordado se apresente no geral mais objetivo, continua voltado

mais precisamente para a preservação. A Bahia, não representava uma exceção. Até o momento, era a tendência dos demais Arquivos Públicos Estaduais.

O Arquivo, à época, encontrava-se legalmente institucionalizado. Mas, se verificou dificuldades para atender na prática às determinações legais.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Livro para lançamento das ofertas de documentos e objetos feitos ao Arquivo Público da Bahia**, 1890. (APB/ Seção de Arquivos do Período Republicano, livro nº 6062).

BAHIA. Decreto nº 2.220, de 26 de junho de 1920. Regulamenta o Arquivo Público e o Museu do Estado. In: **Diário Oficial do Estado da Bahia**, nº 187. Salvador, Bahia, 27 de junho de 1920.

_____. Decreto nº 14.637, de 26 de junho de 1950. Aprova o Regimento do Arquivo Público. In: **Diário Oficial do Estado da Bahia**, nº 2.235. Salvador, Bahia, 28 de junho de 1950.

_____. Lei nº 2.443, de 6 de abril de 1967. Reorganiza o Arquivo Público do Estado, que passa a chamar-se Arquivo do Estado da Bahia. In: **Diário Oficial do Estado da Bahia**, nº 765. Salvador, Bahia, 7 de abril de 1967.

_____. Decreto nº 20.293, de 14 de agosto de 1967. Aprova Regimento do Arquivo do Estado da Bahia. In: **Diário Oficial do Estado da Bahia**, nº 7.767 e 7.768. Salvador, Bahia, 19/20 de agosto de 1967.

_____. Decreto nº 31.438, de 21 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a organização do Arquivo Público do Estado da Bahia. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Sistema Estadual de Arquivos do Estado da Bahia**. Salvador, Bahia: Empresa Gráfica, 1985, p.10-27.

_____. **Relatórios apresentados ao Exmo. Sr. Governador Dr. José Gonsalves da Silva pelas diversas repartições do Estado**. Bahia: Typographia e Encadernação do Diário da Bahia, 1891.

CERAVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre dois ideais e realidades (1918 a 1959). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo. Nova Série, v.1, jan.-jun., 2011, p.189-243.

COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel. La recherche en archivistique: un état de la question. *Archives*, v. 30, nº 3-4, p. 11- 38, 1998-1999.

_____; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

_____ ; LAJEUNESSE, Marcel. **L'archivistique à l'ère du numérique** – Les éléments fondamentaux de la discipline. Québec : Les Presses de l'Université du Québec, 2015.

COSTA, Celia Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro; v. 14, nº 26, 2000, p. 217-231.

CRUZ MUNDEZ, José Ramón. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez: Madrid, 1994.

FAVIER, Jean. **Les Archives**. Paris: Les Presses Universitaires, 1991. (*Que sais-je?*, nº805.).

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. Introdução. In: ARQUIVO NACIONAL. **Arquivo Nacional 150 anos: Visão histórica**. Rio de Janeiro: Editora Index, 1988.

_____ ; BASTOS, Aurélio Wander. Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.1, nº 1, jan.-jun., 1986, p.7-27.

FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA. **Los archivos de América Latina**. 1999. Disponível em: <<http://www.tavera.com/tavera/informe/brasil/braint.htm>>

GAGNON-ARGUIN, Louise. **L'archivistique. Son histoire, ses acteurs depuis 1960**. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 1992.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIN, Marta (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo, Cultura Acadêmica, 2012, p. 135-153.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – FCI,UnB, Brasília, 2011. (Orientadora: Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues).

MATOS, Maria Teresa N. de Britto; ROSADO, Rita de Cássia de C. Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia,1890-1984. **ACERVO** – Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.26, n. 2, p.231-242, julho/dezembro, 2013.

_____. A institucionalização do Arquivo Público do Estado da Bahia: 1890-1990. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n.1, p.39-58, jan./jun., 2012.

MELO, Josemar Henrique de. Os acervos coloniais e os secretários de governo das capitâneas: o início dos arquivos no Brasil. In: **Ci. Inf.** Brasília, DF, v. 42, nº 1, p. 117-130 jan./abr., 2013.

MONTEIRO, Norma de Góes. O desafio dos arquivos nos Estados federalistas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.1, nº 2, jul.-dez., 1986, p.5-25.

RASTAS, Pirkko. **Manual and textbooks of archives administration and records management**: a RAMP study. Paris: Unesco, 1992 (PGI-92/WS/11).

REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblos**: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información, año/vol. 7, número 24, abril-junio 2006.

SANTOS, Paulo Roberto Elian. **A arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. Tese (Doutorado) – FFLCH, USP, São Paulo, 2008. (Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Liberalli Bellotto).

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* **Arquivística**: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

VIANNA, Francisco Vicente. **Exposição feita ao Exmo. Governador marechal Hermes Ernesto da Fonseca sobre motivos para ser regulamentado o serviço do Archivo Público do Estado da Bahia**. Bahia: Typographia do "Diario da Bahia", 1890.

VIVAS MORENO, Agustin. El tempo de la archivística: um estúdio de sus espacios de racionalidade histórica. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, p. 76-96, set./dez. 2004.